



IMPACTOS DO ACOMPANHANTE NO CONTEXTO DO PARTO: RELEVÂNCIA E VIOLÊNCIA

ARTIGO ORIGINAL

ROSA, Sâmela Gianini da ¹

LIMA, Patrícia de Oliveira ²

ALMEIDA, Herlon Fernandes de ³

PINHEIRO, Marcos Luciano Pimenta ⁴

RANGEL, Sirleide Correa ⁵

SILVA, Geísa Sereno Velloso da ⁶

ROSA, Sâmela Gianini da. Et al. **Impactos do acompanhante no contexto do parto: Relevância e violência**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 05, pp. 166-180. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/impactos-do-acompanhante>

¹ Graduada em Enfermagem.

² Doutoranda em Odontologia. Mestre em Ensino em Saúde. Pós-graduada em Enfermagem Obstétrica e Ginecológica. Enfermeira.

³ Mestre em Ensino em Saúde. Enfermeiro.

⁴ Doutor em Odontologia. Mestre em Odontologia. Farmacêutico-Bioquímico.

⁵ Mestranda em Enfermagem. Pós graduação em Enfermagem Obstétrica, em Enfermagem do trabalho, em Formação Pedagógica para profissionais da saúde. Enfermeira.

⁶ Orientadora. Mestre em Enfermagem. Pós-graduada em Enfermagem Obstétrica. Enfermeira.



RESUMO

Objetivo: Este estudo teve como objetivo compreender a relevância do acompanhante no processo parturitivo, tendo como pergunta norteadora qual o impacto da presença do acompanhante durante o trabalho de parto das gestantes. **Método:** Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa transversal, descritiva, qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta um questionário e uma entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada com 12 participantes que estavam com 28 semanas ou mais de gestação. A coleta ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2019 em uma instituição hospitalar, referência da região Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro. A limitação dos participantes foi por critério de saturação e para análise dos dados foi utilizado a Análise de Conteúdo. **Resultados:** Os dados permitiram o reconhecimento das seguintes categorias: A atuação do acompanhante no processo parturitivo; A violência institucional desvelada. Constatou-se que o acompanhante propicia a gestante autoconfiança, proteção, tranquilidade, concedendo-a uma assistência indispensável neste momento. Observou-se ainda que há uma privação da presença do acompanhante nas instituições hospitalares, descortinando uma violência institucional desvelada. Pode-se verificar a relevância do acompanhante para a parturiente em todos os momentos do parto, fazendo-se parte constituinte neste processo. Entretanto, a efetividade da lei do acompanhante ainda é um grande desafio a ser superado pelos profissionais e pelas instituições hospitalares, ocasionando assim, novas modificações no padrão da assistência obstétrica.

Palavras-chave: Gravidez, parto, humanização da assistência.

1. INTRODUÇÃO

A gravidez manifesta-se como o ápice na vida de uma mulher e de seus familiares, revela um enorme feito estando relacionado a sua individualidade em virtude de que a ação em conceber uma vida se torna uma característica própria da mulher. Ao longo do processo parturitivo a mulher passa por vários sentimentos como alegria, pavor e sofrimento, precisando, assim, de uma assistência emocional em todo tempo (MOTTA *et al.*, 2016).



Alves *et al.* (2013), evidenciam que com o passar do tempo a assistência ao parto veio se transformando em um fenômeno de caráter organizacional, sobrepondo ao médico obstetra a responsabilidade de sujeito durante todo o processo do nascimento e isentando, a mulher e seus familiares de suas escolhas.

O parto, desde seus primórdios é considerado um acontecimento feminino, e essa feminilidade inocente e primitiva, foi capaz, ao longo do tempo de desenvolver o afastamento também inocente da figura paterna durante o processo parturitivo. Entretanto, com a política de humanização do parto e nascimento, constatou-se que a participação do homem no processo de parir seria uma estratégia muito valiosa (HOLANDA *et al.*, 2018).

De acordo com Gonçalves *et al.* (2015), há um reconhecimento entre os profissionais em relação às vantagens da presença do acompanhante, ainda que acreditem que esta presença seja capaz de dificultar o trabalho e o exercício dos profissionais no Centro Obstétrico. Todavia, os mesmos não reconhecem que a presença do acompanhante é um direito integralmente instituído.

Até o momento existem grandes empecilhos a serem percorridos, em relação ao processo de parir dentro das instituições. Dessa forma, as instituições e os profissionais que estão envolvidos neste cenário, deverão ter um cuidado mais humanizado e reconhecerem a presença do acompanhante em todo o contexto do parto (SOUZA *et al.*, 2018).

Estudos revelam que a presença do acompanhante é muito positiva para a parturiente, em inúmeros sentidos, favorecendo a esta, segurança, bem-estar físico e mental. Quando este se apresenta na figura do cônjuge, os impactos são imensuráveis, capazes inclusive, de minimizar as sensações que o fenômeno da parição ocasiona no corpo gravídico, dentre eles, a diminuição significativa da dor e das possíveis complicações que podem advir durante todo o processo. Mas o maior impacto talvez seja a capacidade do estreitamento do vínculo afetivo que se estabelece entre esses atores (DODOU *et al.*, 2014).



Diante das citações acima torna-se necessário a avaliação da presença do acompanhante no cenário atual das maternidades. Com isso, este estudo propõe-se a compreender a relevância do acompanhante no processo do nascimento sob a ótica das parturientes.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa transversal, descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta um questionário e uma entrevista semiestruturada.

O presente trabalho é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de graduação em enfermagem, onde obteve o parecer de aprovação nº 3.491.704, CAAE 15679919.3.0000.5290 (ROSA, 2019). Ressalta-se que estudo foi pautado na resolução nº 510, de dezembro de 2016, criada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de julho a setembro de 2019 em uma instituição hospitalar, de um Hospital Universitário referência da região Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro.

Participaram da pesquisa 12 gestantes que se encontravam com 28 semanas ou mais de gestação, sendo o quantitativo limitado mediante o critério de saturação. As entrevistadas foram identificadas respectivamente como G1, G2, G3 e assim sucessivamente, respeitando seu anonimato.

Os critérios de inclusão foram: ser primíparas ou multíparas, com idade igual e/ou acima de 18 anos, que estavam em condições físicas e psicológicas que permitiram a participação na pesquisa. Como critério de exclusão incluiu as gestantes que não concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as que não estavam em condições psicológicas apropriadas para as etapas da coleta.

Para a coleta de dados foram utilizados 2 instrumentos: o primeiro foi um questionário contendo perguntas no contexto social e obstétrico das participantes (idade, estado



civil, raça/cor, escolaridade, ocupação, nº de gestações, partos e abortos e idade gestacional); o segundo instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com questões abertas, abrangendo perguntas relacionadas a perspectiva das parturientes em relação a relevância do acompanhante no contexto do parto.

Para análise dos dados foi utilizado a metodologia de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (BARDIN, 2016). As entrevistas foram gravadas, posteriormente foram transcritas na íntegra e analisadas a partir das particularidades e semelhanças entre as respostas das gestantes. Foram garantidos o sigilo e a privacidade dos dados coletados, dentre os quais surgiram temas que foram convertidos em categorias. Com as informações obtidas, possibilitou-se a tabulação dos dados e formulação de tabelas e gráficos, utilizando software específico.

Os dados das entrevistas foram ordenados, codificados e categorizados a partir das particularidades e semelhanças entre as respostas das participantes e, em seguida, foram analisadas qualitativamente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizando o critério de saturação obteve-se um total de 12 entrevistadas. Pôde observar que a maioria das gestantes entrevistadas se declararam pardas, casadas e do lar, como ocupação. A idade variou entre 24 e 40 anos, tendo metade delas cursado até o ensino fundamental completo e a outra metade o ensino médio completo. Em relação as condições de moradia, verificou-se que a maioria das gestantes declararam ter casa própria quitada. Todas relataram ter condições de saneamento adequadas.

Abaixo segue tabela demonstrando o perfil socioeconômico das entrevistadas:

Tabela 1- Dados socioeconômicos das participantes. Rio de Janeiro, Brasil, 2019.

Variáveis	N	%
Idade		



18 a 34 anos	9	75,0%
35 a 41 anos	3	25%
Raça/Cor		
Parda	9	75%
Branca	2	16,6%
Preta	1	8,4%
Estado Civil/ União		
Casada	5	41,7%
União estável	5	41,7%
Solteira	2	16,6%
Profissão/Ocupação		
Do lar	7	58,4%
Autônoma	2	16,6%
Estudante	2	16,6%
Professora	1	8,4%
Grau de Escolaridade		
Fundamental completo	6	50%
Médio completo	6	50%

Fonte: Rosa, 2019.

Ao analisar os dados obstétricos, foi constatado que a idade gravídica variou entre 30 e 41 semanas de gestação, dentre as quais a maioria das entrevistadas eram multíparas. Das 12 participantes, 4 apresentaram aborto neste resultado, do qual uma das participantes teve 2 episódios dessa intercorrência. Dentre as multíparas, a maioria relatou que o tipo de parto foi por via vaginal e a maior parte não teve uma gravidez planejada.

Abaixo segue tabela demonstrando o perfil obstétrico das entrevistadas:



Tabela 2- Dados dos antecedentes obstétricos das participantes. Rio de Janeiro, Brasil, 2019.

Variáveis	Quantidade	%
Idade Gestacional		
28 a 36 semanas	4	33,3%
37 a 41 semanas	8	66,6%
Paridade		
Gestações anteriores	19	15,8%
Partos anteriores	15	12,5%
Aborto	4	33,3%
Tipo de Parto		
Vaginal	5	41,6%
Cesárea	3	25%

Fonte: Rosa, 2019.

Diante das falas averiguadas surgiram duas categorias de análise: a atuação do acompanhante no processo parturitivo e a violência institucional desvelada.

3.1 A ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE NO PROCESSO PARTURITIVO

O acompanhante é considerado como uma tecnologia que não é agressiva, no decorrer do processo de parto e o nascimento, é apto em viabilizar resultados positivos, como sobretudo na decisão de escolha da mulher. O apoio do acompanhante com a mulher é favorável para que o trabalho de parto e o parto se transformem em um momento muito mais satisfatório para os que vivenciam (ANJOS; GOUVEIA, 2019).

Nos relatos seguintes das parturientes foram especificados a forma de participação do acompanhante durante todo o processo do parto, destacando-se: dedicação, ajuda, auxílio:



- A acho que mais um auxílio né, porque como tá sendo muito diferente da primeira eu não sei qual vai ser as minhas limitações, seu eu vou ter alguma (G3).

- Assim, eu acho que se dedicando bastante né, porque a mãe já se dedica tanto, a gente já fica tão cansada, carregada, não que é um fardo, que é um prazer né, é um prazer a gente carregar nosso filho dentro da gente. Mas assim, a gente se sente tão cansada quando chega no final e assim, e acompanhar e ajudar é bom (G7).

- A ajudando né, com os cuidados com o bebê, os cuidados com a mãe (G9).

- A me ajudando fazer as coisas, ficando de companhia aqui comigo, até porque ficar sozinha aqui é horrível. Ai quando a gente precisa do enfermeiro, não tem enfermeiro disponível pra te ajudar a fazer alguma coisa. Eles dizem que não pode ter acompanhante, mais tá disponível pra ajudar, muito complicado (G11).

As práticas de apoio formam medidas de bem-estar físico e emocional, que se diversificam conforme a cultura e as necessidades que cada mulher apresenta segundo as suas individualidades. Bem como as ações que favorecem com o objetivo de que a mulher vivencie de uma forma melhor a prostração e que venha a ter em vista a presença contínua de uma pessoa que tenha afinidade (SANTOS *et al.*, 2015).

O comparecimento do acompanhante garante a parturiente um suporte emocional e faz com que ela possa enfrentar de uma melhor forma as dores e o estresse durante este tempo, sentem-se mais apazíveis em poder passar por este acontecimento uma vez que, encontram-se satisfeitas e contentes quando estão com alguém de sua intimidade ao seu lado e não permanecendo sozinhas durante todo este processo (FONTE; MONTEFUSCO, 2017).

Durante a entrevista, três gestantes relataram que o acompanhante lhes proporcionava segurança, força, paciência e tranquilidade em todo o momento, como apresentados a seguir:

- A igual eu falei, me deixando mais calma, mais tranquila, pra que eu não fique tão ansiosa porque é muita ansiedade agora no finalzinho (G2).



- A já faz tanto. É ser mais paciente né, mais calmo, acho que é só isso (G6).

- Acalmando, dando forças na hora, dando mais segurança né (G10).

O apoio incessante fornecido pelo acompanhante no transcorrer do trabalho de parto e parto, define-se como uma situação de proteção proporcionando a diminuição das intervenções e das práticas que são vistas como desfavoráveis para a mulher, em que a mesma se encontra desprotegida quanto aos procedimentos hospitalares e ao processo decisivo dos profissionais. Dessa forma, é imprescindível a adequação das maternidades para a inserção e o acolhimento do acompanhante (MONGUILHOTT *et al.*, 2018).

As inúmeras ações de suporte executadas pelo acompanhante são assistidas como técnicas não farmacológicas para a diminuição da dor e inquietação, sendo capaz de encurtar as horas de trabalho de parto da mulher. Logo, entende-se que o acompanhante está apoiando a implementação de boas condutas no processo de parto, sendo que o acompanhante que sempre está estimulando e ajudando a parturiente a realizar as atividades propostas (JUNGES *et al.*, 2018).

Uma das entrevistadas relatou que mesmo que o parceiro esteja proporcionando o apoio durante todo o trabalho de parto, ele deve estar preparado para saber como agir nas situações que envolvem os cuidados com o bebê, como visto no relato a seguir:

- A, pra mim ele já tá fazendo a parte dele. [...] Eu não posso falar com ele que eu quero uma coisa se ele não tiver capacidade de fazer aquilo, não tá preparado. Porque é um choque também, é uma surpresa, choque, não sabe a reação de lidar com recém-nascido, [...] (G1).

Deste modo, pode-se constatar que o estímulo à presença de um acompanhante se torna relevante para as parturientes, da mesma forma que é importante que estes estejam aptos e também instruídos para assistir a mulher e ter a participação ativa, durante o parto e nascimento, em que é envolvido por diversas emoções (DODOU *et al.*, 2014).



Finalizando, o suporte contínuo durante o trabalho de parto, parto e pós parto apresenta valiosos benefícios em todos os aspectos para as mulheres e os bebês, sem perigo conhecido, colaborando para o transporte fisiológico do parto. Assim, todas as parturientes deveriam desfrutar da presença do acompanhante de forma incessante sendo uma pessoa de sua escolha em todas as fases do trabalho de parto, parto e nascimento (DULFE *et al.*, 2016).

3.2 A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DESVELADA

No que se refere à presença do acompanhante, percebe-se que duas gestantes entrevistadas relataram que não puderam ter esta presença durante o parto e o pós-parto e assim, como apresentados a seguir:

-[...] A minha mãe não podia entrar que eles falaram pra poder acompanhar o parto, eles só falaram que ela não poderia assistir o parto (G10).

-Não. É porque não podia. Eu só queria que minha mãe ficasse mais na hora eles não deixaram ela subir, ela ficou aqui ai na hora de subir eles não deixaram (G12).

Como foi mencionado, ao inviabilizar a presença do acompanhante durante todo o processo de parto e nascimento, as mulheres tornam-se privadas dos seus direitos sexuais, reprodutivos e humanos, em virtude de que todas as ações ou formas de organização que dificultem o acesso da mulher aos seus direitos constituídos, podendo ser ações ou serviços, tanto público quanto privado, consistem na transgressão em relação aos direitos das parturientes conquistados (RODRIGUES *et al.*, 2017).

Independentemente da existência da Lei do Acompanhante, alguns profissionais da saúde juntamente com as regras da instituição criam limites no sentido de ter o parto com acompanhante. Foram verificadas através de inúmeros momentos do estudo essas limitações, fruto de preconceitos no que tange a probabilidade de ter um acompanhante atuante no processo do parto e nascimento, podendo ser visto como um tipo de violência institucional (SOUZA; GUALDA, 2016).



A inclusão de um acompanhante no centro obstétrico até então não está sendo uma realidade praticada em várias instituições hospitalares, em razão disso faz-se necessário realizar descobertas dentre diversas indagações, como por exemplo, de que forma o acompanhante obtém as informações referente a sua permanência juntamente com a mulher e a respeito da Lei que ampara sua presença. Quanto a assistência, também torna-se necessário demonstrar as suas experiências em todo o contexto em que se encontra inserido, e as ações de apoio oferecidas à parturiente (FRUTUOSO; BRÜGGEMANN, 2013).

Uma das parturientes mencionou que não foi permitida a vinda do parceiro junto a ela no pós-parto, visto que não tinha ninguém que conseguisse acompanhá-la a não ser o seu companheiro, apresentado no relato abaixo:

-[...] A só podia ser só mulher, eu não tinha acompanhante só tenho o meu marido e ele não podia ficar. Ai no dia que era pra ficar alguém não pode ficar ninguém porque só tem meu marido. Eu acho que é porque a enfermaria é só de mulher, não é particular, é enfermaria feminina, acho que é por causa disso (G11).

Ao longo de vários anos as maternidades tinham como prática aplicada a limitação dos acompanhantes do sexo masculino. Todavia esta prática até agora é empregada em diversas instituições, em que as mesmas autorizam somente que as mulheres estejam presentes como acompanhantes no processo de parto. Algumas instituições e também os profissionais acreditam que a presença de um homem venha a tirar a privacidade das outras mulheres, estando relacionado com o ambiente impróprio, dessa maneira privando os casais de experimentarem este acontecimento único de suas vidas (ALMEIDA et al., 2018).

É primordial haver uma análise por parte da equipe de saúde quanto a importância das transformações associadas às práticas obstétricas, levando em consideração que a presença do acompanhante se torne indispensável e o respeito ao mesmo na evolução do parto, vem a ser primordial com a finalidade de que os companheiros mostrem-se mais determinados e realizados com o nascimento de seu bebê (SANTOS; TAMBELLINI; OLIVEIRA, 2011).



Destaca-se também a falta de comunicação entre profissional/cliente durante o processo de parir, evidencia-se que há uma falha no que se refere às orientações dos profissionais a começar pelo pré-natal acerca do direito da mulher em ter o acompanhante e a lei que regulamenta sua presença, como apresentados a seguir:

-Não tive porque eu não sabia se poderia ou não acompanhar no caso, mas no Hospital na recuperação eu tive, em casa também eu tive. Não assim, eu acho que é mais falta de comunicação mesmo. Não cheguei a perguntar se poderia tá acompanhada (G3).

Segundo Brüggemann et al. (2015), a consulta de pré-natal torna-se uma estratégia vital em que os especialistas da área da saúde precisam trazer o acompanhante seja ele de escolha da mulher desde o começo da gestação com o propósito de que o mesmo sinta-se seguro e habilitado para participar efetivamente no processo parturitivo, e teria que praticar as ações referentes ao preparo do parto. Para tal fim, deve haver um incentivo dos profissionais da atenção básica de saúde em relação aos acompanhantes, para que os mesmos compareçam em todas as consultas de pré-natal e sejam capazes de orientá-los quanto a sua função de fornecer apoio às suas parceiras.

No pré-natal toda a gestante que é preparada no que se diz respeito às orientações sobre o ciclo gravídico-puerperal, experimentará todos os ensejos com maior determinação e contentamento, sendo sentido também pelo seu companheiro. Nesta esfera quando há uma preparação acerca do parto, pode-se contribuir sem dúvida para que a mulher tenha uma melhor preparação durante o processo de parto e aprimorando a amplitude quanto à segurança, a realidade, o entusiasmo e promoção de sua independência (HOLANDA et al., 2018).

Nas falas das parturientes, quatro relataram que não tiveram impedimento por parte da instituição e dos profissionais em poder ter a presença do acompanhante no trabalho de parto, parto e pós-parto:

-[...] agora que to tendo. [...] Aí cesárea eu podia ter, agora que acho que mudou a norma. [...] (G1).

-Não tive nenhum impedimento (G4).



-[...] Não tive impedimento. [...] Na época ele trabalhava, então ele não pode acompanhar (G7).

-Tive. Não foi tudo tranquilo, fui bem acompanhada, bem atendida tanto na primeira gravidez quanto na segunda (G8).

Em concordância com os estudos realizados encontrou-se como um dos motivos para restringir a presença do acompanhante a ausência do suporte em relação as instituições hospitalares que exercem o cuidado com mulher no processo parturitivo, dado que a falta de comunicação entre o processo administrativo e a equipe de saúde não propicia adequadamente a assistência que precisa para que possa abranger esta prática no cenário da assistência (BRÜGGEMANN et al., 2016).

De acordo com Frutuoso, Bruggemann (2013), mesmo a mulher tendo o direito de ter o acompanhante sendo este direito garantido pela lei que dispõe a sua presença, observa-se ainda que muitas instituições hospitalares apontam barreiras no que concerne a implementação dessa lei e a utilização desta prática de forma constante e estruturada no contexto hospitalar, mencionando assim como principais motivos, a assistência ao parto fundamentada no modelo biomédico e as questões relacionadas a infraestrutura e a ausência de capacitação do acompanhante em enfrentar este momento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender a relevância do acompanhante no processo parturitivo sob o olhar das gestantes, visto que, a participação ativa do mesmo favorece excelentes condições ao longo do trabalho de parto, parto e pós-parto, diminuindo desta maneira, as condutas consideradas inadequadas para mãe e o bebê.

Pode-se constatar que a maioria das gestantes atribuíram grande relevância a presença de um acompanhante, dado que, os mesmos lhes propiciavam segurança, força e serenidade para vivenciarem este momento ímpar em suas vidas, transformando em uma prática mais positiva, conseqüentemente, em um parto mais seguro.



Observa-se ainda que há uma privação da presença do acompanhante nas instituições hospitalares, dado que o acompanhante ainda é isolado do contexto do parto. Dessa forma, a mulher vê-se mais desprotegida neste momento, havendo a necessidade de se ter alguém ao seu lado para que possa lhe conceder todo o suporte que precisa para vivenciar o nascimento de seu filho.

Para a efetividade da lei do acompanhante há ainda um grande desafio a ser atingido pelos profissionais e pelas instituições hospitalares, ocasionando assim, novas modificações no padrão da assistência obstétrica relacionados ao cuidado com a saúde da mulher e seu bebê.

Conclui-se que é notável que estudos recentes sejam desenvolvidos considerando também a compreensão de outras vertentes como a dos acompanhantes e também dos profissionais que assistem a esse público, além de estender a análise do discurso. Realidade esta que poderá contribuir com a qualidade da assistência exercida nas maternidades, além da presença do acompanhante cada vez mais efetiva nesses cenários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adaiana Fátima *et al.* Separação da mulher e seu acompanhante no nascimento por cesárea: uma violação de direito. **Revista Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 23, n. 2, e53108, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/53108/pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020

ALVES, Marcela Caetano *et al.* Apoio à parturiente por acompanhante de sua escolha em uma maternidade-escola. **Revista de Pesquisa: Cuidado É Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 153-164, set. 2013. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/2060/pdf_835. Acesso em: 13 jul. 2020.

ANJOS, Adriane Machado dos; GOUVEIA, Helga Geremias. Presença do acompanhante durante o processo de parturição e nascimento: análise da prática.



Revista de Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 27, e38686, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/38686/29745>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: tradução luis antero reto. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BRÜGGEMANN, Odaléa Maria *et al.* Possibilidades de inserção do acompanhante no parto nas instituições públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2555-2564, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2016.v21n8/2555-2564>. Acesso em: 19 jul. 2020

BRÜGGEMANN, Odaléa Maria *et al.* No parto vaginal e na cesariana acompanhante não entra: discursos de enfermeiras e diretores técnicos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, p. 152-158, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v36nspe/0102-6933-rgenf-36-spe-0152.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DODOU, Hilana Dayana *et al.* A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento: percepções de puérperas. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 262-269, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n2/1414-8145-ean-18-02-0262.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

DULFE, Paolla Amorim Malheiros *et al.* Presença do acompanhante de livre escolha no processo parturitivo: repercussões na assistência obstétrica. **Revista Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 21, n. 4, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/37651/pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020

FONTE, Danyelle Oliveira; MONTEFUSCO, Selma Rodrigues Alves. A importância da presença do acompanhante junto a parturiente e seu bebê. **Revista Científica da Escola de Saúde Pública de Goiás: "Cândido Santiago"**- RESAP, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 127-136, 2017. Disponível em:



<http://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/51/67>. Acesso em: 09 jul. 2020.

FRUTUOSO, Leticia Demarche; BRÜGGEMANN, Odaléa Maria. Conhecimento sobre a lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no centro obstétrico. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 4, p. 909-917, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v22n4/06.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020

GONÇALVES, Annelise de Carvalho *et al.* O acompanhante no centro obstétrico de um hospital universitário do sul do Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, p. 159-167, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142271/000988083.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jul. 2020.

HOLANDA, Sâmia Monteiro *et al.* Influência da participação do companheiro no pré-natal: satisfação de primíparas quanto ao apoio no parto. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e3800016, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072018000200317&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2020

JUNGES, Carolina Frescura *et al.* Ações de apoio realizadas à mulher por acompanhantes em maternidades públicas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e2994, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v26/pt_0104-1169-rlae-26-e2994.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020

MONGUILHOTT, Juliana Jacques da Costa *et al.* Nascer no Brasil: a presença do acompanhante favorece a aplicação das boas práticas na atenção ao parto na região Sul. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, p. 1-11, jan. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v52/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872018052006258.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020



MOTTA, Silvia Adrya Martins Franco *et al.* Implementação da humanização da assistência ao parto natural. **Revista de Enfermagem Ufpe**, Recife, v. 10, n. 2, p. 593-599, fev. 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16919/1/2015_art_samfmotta.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020

RODRIGUES, Diego Pereira *et al.* O descumprimento da lei do acompanhante como agravado à saúde obstétrica. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e5570015, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e5570015.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020

ROSA, Sâmela Gianini da. **O significado da presença do acompanhante no processo de parturição sob a ótica da gestante**. 2019. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade de Vassouras, Vassouras, 2019.

SANTOS, Ana Livia Santana *et al.* O acompanhante no trabalho de parto sob a perspectiva da puérpera. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 5, n. 3, p. 531-540, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/17337/pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020

SANTOS, Jaqueline de Oliveira; TAMBELLINI, Camila Arruda; OLIVEIRA, Sonia Maria Junqueira Vasconcellos de. Presença do acompanhante durante o processo de parturição: uma reflexão. **Revista Mineira de Enfermagem: REME**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 453-458, 2011. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v15n3a20.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de *et al.* Vivência do acompanhante da parturiente no processo de parto. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, v. 12, n. 3, p. 626-634, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/230979/28006>. Acesso em: 19 jul. 2020

SOUZA, Silvana Regina Rossi Kissula; GUALDA, Dulce Maria Rosa. A experiência da mulher e de seu acompanhante no parto em uma maternidade pública. **Texto &**



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

**NÚCLEO DO
CONHECIMENTO**

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO
CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 25, n. 1, e4080014, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/tce/v25n1/0104-0707-tce-25-01-4080014.pdf>. Acesso em:
13 jul. 2020

Enviado: Agosto, 2020.

Aprovado: outubro, 2020

RC: 62614

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/impactos-do-acompanhante>